

Roriz manda comissão apurar denúncia

O governo do Distrito Federal vai constituir comissão para averiguar as denúncias de irregularidades no convênio assinado pelo Ministério da Ação Social com a Companhia de Desenvolvimento do Planalto (Codeplan). O secretário da Fazenda, Everardo Maciel, reconheceu ontem que foi um "erro grotesco" a data de assinatura do convênio ser 31 de dezembro de 1990, quando o governador Joaquim Roriz ainda não tomara posse. Maciel atribuiu, porém, ao Ministério a responsabilidade pela falha, considerada por ele, do ponto de vista legal, "absolutamente irrelevante", já que o convênio só passou a ter validade a partir da sua pu-

blicação no Diário Oficial da União, em 19 de janeiro de 1991. O secretário disse também que é um fato corriqueiro na administração pública convênios serem assinados sem data.

De acordo com Maciel, existem no estatuto da Codeplan dispositivos que justificam a empresa ter assinado o convênio com o Ministério da Ação Social. Do ponto de vista administrativo, o secretário admitiu que o Governo do Distrito Federal não tinha nenhum interesse na construção de galpões em outros Estados do País. Ele não garantiu, mas imagina que o Distrito Federal, por uma cortesia e um acordo infor-

mal feito com o governo federal, aceitou ser um repassador de verbas do convênio para outros Estados, já que, no começo do governo Collor, muitas empresas públicas, com as mesmas finalidades da Codeplan, foram extintas.

Segundo o secretário, a dispensa de licitação na contratação da Fundação Fraternidade Essência do Brasil tem respaldo no decreto-lei 2.300. Maciel disse que a fundação é registrada no Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) como entidade filantrópica, sem fins lucrativos, e detinha exclusividade, aferida pelas associações comerciais, na construção de galpões pré-moldados.